

O Desenvolvimento Latino-americano: Passado, Presente e Futuro

Uma homenagem a André Gunder Frank

Theotonio dos Santos

A temática do desenvolvimento, sob várias formas e apresentações, tem sido uma constante do pensamento social latino-americano. No século XIX, este esteve, em grande parte, dominado pelo debate entre civilização e barbárie. A elite "criolla" via seus países cada vez mais retardarem-se dentro de um mundo em evolução muito rápida, no qual prevaleciam os valores culturais da Europa ocidental. Este atraso parecia explicar-se pela presença cultural, social e étnica majoritariamente não-européia. Dentro da suposta confrontação entre o Ocidente avançado e o Oriente atrasado, os latino-americanos se sentiam mais próximos do Oriente do que do Ocidente.

Esta percepção derrotista assume também a forma de localizar a América Latina no polo negativo da dicotomia entre o moderno e o arcaico, entre o urbano e o rural, entre o progresso e o atraso. Progresso passou a ser, inclusive, uma das categorias fundamentais do pensamento das classes médias latino-americanas, em muito influenciadas pelo pensamento positivista. O positivismo colocava como meta histórica da civilização o desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da ciência, cuja implantação seria o resultado da ação de uma classe industrial.

Este progresso que a América Latina não conseguia protagonizar será visto, na segunda metade do século XIX, como o resultado da importação do conhecimento científico e das tecnologias e não como o desenvolvimento próprio e autônomo das mesmas. Esta ideologia do progresso refletia o ponto de vista das classes médias que buscavam estar ao passo com os setores médios e as classes dominantes dos países centrais para os quais a América Latina exportava e dos quais ela importava.

Essa visão dicotômica começará a ser revista entre as décadas de 20 e 30 deste século, quando se consolida a perspectiva de industrialização da região. Em conseqüência começam a reformular-se esses pares dicotômicos.

Nas décadas de 40 e 50, desenvolve-se o pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas) que vai dar um fundamento de análise econômica e um embasamento empírico, assim como um apoio institucional, à busca de bases autônomas de desenvolvimento. Estas se definiram através da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, do progresso, da modernidade, da civilização e da democracia política.

A industrialização se afirmou sobretudo no Brasil, México, Argentina, e em parte no Chile e na Colômbia. Para suas lideranças mais modernas a industrialização era a chave do desenvolvimento. O atraso, o arcaico, a barbárie eram resultado da especialização destas economias, voltadas para a exportação de produtos primários. Alguns autores, como Gilberto Freire, denunciavam a monoprodução como destruidora de alternativas econômicas. Outros denunciavam o capital estrangeiro, que teve um papel muito importante na criação do setor exportador de vários países, por se tornarem verdadeiros "enclaves externos", que não produziam nenhum efeito sobre o conjunto das economias nacionais. Os investimentos nos setores exportadores não criaram "economias externas".

Vai se consolidando a noção do subdesenvolvimento como uma situação econômica, social, política e cultural na qual se misturam de forma negativa o "enclave", a monocultura, a questão racial, o colonialismo interno, o chamado "dualismo" econômico. Este conjunto de elementos atuam uns sobre os outros e configuram uma situação de atraso ou subdesenvolvimento, um círculo vicioso, que era necessário romper para conseguir avançar para o desenvolvimento.

No entanto, o conjunto de transformações associados à industrialização era encarado sob o título de Revolução Burguesa. Grande parte da problemática do desenvolvimento se inscrevia na questão da necessidade de uma revolução burguesa na América Latina. Era a sua ausência que explicava o atraso da região.

A Revolução Burguesa passava também pela questão agrária, vista sob dois aspectos: sob o aspecto de destruição do latifúndio como força política e econômica, que fundava o domínio das oligarquias rurais e dos setores voltados para a exportação de produtos primários. Tinha assim, portanto, um conteúdo político, social e econômico: a luta contra o latifúndio. Por outro lado, o latifúndio era mostrado como um gerador de desigualdade econômico-social e um bloqueio ao desenvolvimento do campesinato e à constituição de um mercado interno.

A reforma agrária aparecia, portanto, como uma solução para esses dois grandes problemas, e ela tinha antecedentes históricos extremamente importantes na região como a Revolução Mexicana, que exerceu uma grande força de irradiação ideológica sobre todo o continente. Esta revolução se desdobrou nas lutas revolucionárias na década de 1910, nas lutas pela criação do Estado moderno, nacional e democrático, alcançado através da Constituição mexicana de 1917. Ela afirmava o princípio da reforma agrária, da propriedade nacional dos minérios e das riquezas nacionais; do Estado como regulador da economia e do progresso vinculado a transformações sociais, econômicas e políticas.

A irradiação dos ideais da Revolução Mexicana fez-se ainda mais importante na década de 30, quando o governo de Cárdenas os aprofunda e radicaliza, levando a reforma agrária a um campo mais amplo, tentando desenvolver as cooperativas e os ejidos mexicanos, inspirados na Revolução Russa. Através da nacionalização do petróleo, Cárdenas afirmava o princípio do monopólio estatal das riquezas nacionais e, através da instituição do plano econômico, defendia a necessidade do Estado conduzir o processo de industrialização.

Através da afirmação das centrais camponesas e operárias como forças fundamentais de condução do Estado mexicano, configura-se um quadro político em que a democracia liberal seria substituída por uma democracia participativa; onde a organização política e sindical dos trabalhadores constituía uma das bases fundamentais de um outro conceito democrático muito inspirado nos processos revolucionários mundiais socialistas, que se consagravam no processo mexicano através da idéia da educação socialista.

A irradiação da influência mexicana se cristaliza em figuras como Haya de la Torre, criador do APRA peruano, que afirmava o conceito da indo-América. Nele e em outros líderes políticos da região as questões social, racial, étnica e cultural se intermesclavam para afirmar a autonomia das nações latino-americanas. Esta autonomia se fundava na afirmação das populações indígenas, tese que vai ter sua influência inclusive nos partidos comunistas, que vão ter de adaptar a ideologia da Terceira Internacional às condições específicas do Terceiro Mundo em geral e da América Latina em particular.

Tentando imitar a discussão que se travava na Ásia (sobretudo na Índia e na China), procurava-se buscar na América Latina uma população autóctone, dominada pelos europeus, pela colonização e pelo imperialismo. As populações indígenas

apareciam como a fonte de uma luta social que seria também econômica e política. Nos anos 20, Mariátegui buscava demonstrar que a questão indígena tinha seu fundamento na questão agrária. Mella destacava o papel dos movimentos estudantis e Ponce colocava em primeiro plano a necessidade da educação.

Mas o marxismo latino-americano não pode escapar deste contexto mais global formado pelo pensamento democrático latino-americano que tinha se desenvolvido durante o século XIX, mais particularmente no seu final, em autores como Martí e Hostos, que lutavam pela afirmação nacional, anti-imperialista e anticolonial em Cuba e Porto Rico. Independente dos debates sobre questões específicas, o quadro, no seu conjunto, era caracterizado pela necessidade de passar por uma revolução burguesa na América Latina. Esta revolução burguesa necessitava de uma classe protagônica que seria uma burguesia industrial nacional.

As forças sociais e movimentos de esquerda, particularmente os partidos comunistas, alcançaram o seu auge político na América Latina entre os anos 30 e 50. Nesta época, a União Soviética como grande potência industrial e vencedora da Segunda Guerra Mundial, atraiu o apoio da intelectualidade, de grande parte da tecnocracia, de setores da indústria (inclusive empresariais) como um modelo de solução dos problemas do atraso econômico através da planificação. Alguns autores invocavam o conceito de Schumpeter do empresário inovador, para caracterizá-lo como o protagonista dessa revolução. Tratava-se de superar um quadro histórico marcado pelas "sobrevivências feudais" pré-capitalistas interpretadas de várias maneiras. Contudo, nos anos 30 e 40, a condição de exportador de matérias-primas, de produtos primários, agrícolas, etc., vai se constituindo cada vez mais como o obstáculo econômico crucial.

A afirmação desse ponto de vista se faz ainda mais clara com a criação, em 1947, da Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas sob a liderança de Raul Prebisch. Ele aprofunda a crítica sobre o papel do setor exportador como o principal obstáculo ao "desenvolvimento econômico". Este enfoque substituiu em grande parte o conceito da revolução burguesa.

A CEPAL era uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento. Suas propostas de políticas preservavam, contudo, as estruturas de poder existentes.

O desenvolvimento industrial da região tornara-se dependente do setor exportador, através do processo de substituição de importações. Este processo foi resultado de uma situação histórica e depois passou a ser sistematizado a nível teórico e conceitual. Ele foi resultado de algo que André Gunder Frank assinalou com muita ênfase nos seus estudos sobre América Latina: das dificuldades geradas pelas crises globais do capitalismo mundial. Em particular, a crise de 1929 teve um efeito limitante do comércio mundial, que caiu, na época, em cerca de 50%, diminuindo as importações da região.

Celso Furtado mostrou também como a política de financiamento dos estoques de café no Brasil manteve a renda média do país durante a crise de 1929 e, portanto, a demanda interna. Em outros países buscou-se ao máximo preservar o poder de compra interno. Criou-se assim um protecionismo espontâneo, consequência da crise econômica mundial, que viabilizou o desenvolvimento da indústria nacional, a qual passou a substituir grande parte dos produtos que se importavam anteriormente.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundial cumpriram o papel de limitantes das importações, mas, ao mesmo tempo, funcionaram como estimuladores das exportações. Neste sentido, foram conjunturas extremamente favoráveis à substituição de importações.

Alguns autores, entre os quais me coloco, chamaram a atenção também para as crises dos anos 30, 40, 60, 80 e 90 do século XIX que só não produziram um efeito importante em termos de industrialização porque a etapa de desenvolvimento manufatureiro da região latino-americana era ainda muito débil, impedindo-a de aproveitar as circunstâncias geradas pela crise.

Por outro lado, as grandes expansões econômicas mundiais nas décadas de 1850 e 1860 e no período de 1895 a 1914, vão reestruturar fortemente a economia da nossa região a favor das exportações de produtos agrícolas e matérias-primas demandadas pela economia europeia (e posteriormente também a norte-americana) em plena expansão.

O fenômeno da substituição de importações surgiu como resultado das crises e contrações do comércio mundial e começará a ser objeto de sistematização teórica e política na década de 30, quando em um artigo muito importante no Boletim do Ministério de Indústria, Comércio e Trabalho, Roberto Simonsen, o grande historiador econômico e líder industrial brasileiro, o descreveu pela primeira vez.

Na década de 50, a CEPAL estudou as particularidades deste processo de substituição de importações: ele se inicia pela substituição de importações de produtos de consumo, sobretudo de elite, que logo se vêem saturados. Mas nos anos 40 a substituição de importações se orienta para os bens de consumo durável e somente numa última etapa, já na década de 60, começa uma substituição no setor de maquinárias. Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações. Estas foram, em alguns casos, radicalmente apropriadas ou mesmo expropriadas pelo Estado, para servir ao processo de industrialização. É o caso típico do Brasil, onde a estatização do comércio exterior se afirmou definitivamente na década de 30, apossando-se o Estado das divisas obtidas com as exportações e pagando aos exportadores em moeda nacional.

Esta política foi objeto da reação latifundiária e comercial exportadora, que denunciava o chamado "confisco cambial". A política cambial passou a definir o valor da moeda nacional diante das moedas internacionais, através das taxas de câmbio, gerando um efeito profundo sobre a riqueza do setor exportador. Este recebia em moeda nacional o resultado das suas exportações e era obrigado a comprar no mercado interno seus produtos de consumo e nele realizar seus investimentos.

Essa articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. Esta ficou limitada na sua dimensão revolucionária, tendo de abandonar a perspectiva de uma confrontação com as oligarquias tradicionais e de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo. Ela não foi capaz de vender meios de produção e produtos de consumo para a massa camponesa e assim aumentar a capacidade produtiva dos países através da expansão da sua demanda interna. Criou-se, em consequência, um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico da região.

Esta limitação estrutural reflete-se claramente no pensamento da CEPAL. A CEPAL, representando em grande parte essa burguesia industrial, procurou saídas que não afetassem a questão agrária e que permitissem expropriar recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sem chegar ao enfrentamento com ele. Um desses mecanismos foi a inflação, que permitia uma política de preços relativos favorável ao setor industrial. Outro mecanismo, como vimos, foi a nacionalização das

divisas e a política cambial. Por fim, foram usados recursos baseados na intervenção direta do Estado na economia rural com subsídios à produção exportadora, proteção aos produtos agrícolas de consumo popular, etc.

A natureza capitulacionista da burguesia na região mostrava-se também em sua atitude conciliadora diante do capital externo. Apesar de reconhecer seu caráter expropriativo, ela necessitava do mesmo pelo controle que exercia sobre a tecnologia e sobre os mercados internacionais, dominados por poderosos cartéis e monopólios. O capital internacional dominava grande parte dos setores voltados para a exportação, a energia, os transportes, as comunicações, em alguns casos, a industrialização dos produtos exportados ou ainda o controle da comercialização destes produtos.

Neste quadro, o capital internacional aparecia como um aliado da estrutura latifundiária ou mineira exportadora, da economia monocultora, do latifúndio que mantinha relações de trabalho semi-serviço que se caracterizavam, em geral, como "pré-capitalistas". André Gunder Frank teve um papel extremamente positivo ao caracterizar, na década de 60, estas economias como uma modalidade de capitalismo, criada a partir da evolução da economia mundial e da divisão internacional do trabalho. É verdade que esta modalidade de capitalismo dependente e subordinado estava sob a hegemonia do capital mercantil e não desenvolvia elementos essenciais para o avanço do capitalismo, como o regime assalariado e a formação de um proletariado moderno. Mas não nos esqueçamos que o primeiro proletariado latino-americano surgiu ligado ao setor exportador. As primeiras manifestações proletárias na região estão associadas notoriamente aos centros mineiros onde se constituiu um proletariado mineiro com certo grau de organização cujos exemplos mais brilhantes se encontram no Chile e na Bolívia. Foi ainda no setor ferroviário, voltado para o escoamento das exportações, que surgiu outra categoria fundamental do movimento sindical latino-americano. Foram ainda os assalariados agrícolas da United Fruits que marcaram, na América Central e no Caribe, sua presença revolucionária nos anos 20 e 30.

Um punhado de operários industriais só se constituiu no fim do século XIX e nos anos da Primeira Guerra Mundial. Seu caráter artesanal se expressava na sua orientação ideológica anarquista que predominou na região até o fim dos anos 20. Somente nos anos 30 começa a se afirmar uma indústria nacional com a formação dos tecelões, dos metalúrgicos e de um sindicalismo industrial urbano.

A burguesia industrial latino-americana, que nascia no processo de industrialização dos anos 30 e 40, se via numa situação difícil em relação ao capital

internacional. Ela aspirava substituí-lo, mas não tinha o conhecimento tecnológico nem o peso financeiro para enfrentar os grandes investimentos que se faziam necessários para assegurar sua competitividade numa fase mais avançada do desenvolvimento tecnológico. Daí ela ter se apoiado no Estado para cumprir grande parte dessa tarefa, sobretudo naqueles setores onde o capital internacional se recusava a investir. O caso mais típico é o do petróleo da América Latina que era considerado pelos centros estratégicos mundiais mais como uma reserva dos Estados Unidos do que como uma zona a ser explorada. Isto leva o capital internacional a não se interessar pelo investimento petrolífero, exceto no caso da Venezuela, onde este existia à flor da terra, abundante e barato. Era pois natural que, em geral o capital internacional aparecesse como uma restrição à industrialização da região e um apoio ao setor exportador e à oligarquia rural, mineira e comercial exportadora.

Tratava-se, portanto, de reorientar o investimento internacional, e esta é a problemática que a CEPAL vai tentar enfrentar conceitual e praticamente, ao colocar o capital internacional como um elemento essencial de apoio ao desenvolvimento econômico e industrial de nossos países. O capital internacional aparecia como um complemento à poupança interna necessária à industrialização. Na prática, o capital internacional poderia trazer do exterior maquinária, um sistema de produção, uma tecnologia que o capital nacional não possuía. Mas raramente se dispunha a trazer os recursos para o seu funcionamento na economia local. Pelo contrário, ele buscava apoiar-se na poupança interna dos países onde investia com o objetivo de financiar sua instalação. Ele necessitava, por exemplo, de uma ampla infra-estrutura energética, rodoviária, de comunicações, etc., que caberia aos países hospedeiros viabilizar. Neste sentido realizaram-se várias missões norte-americanas nos anos de pós-guerra com o objetivo de promover a criação desta infra-estrutura de energia e transportes capaz de sustentar a entrada maciça dos investimentos industriais nas décadas de 50 e 60.

O pensamento econômico da CEPAL seguia um caminho paralelo a essas tendências históricas. Na década de 50, ele concentrou-se na crítica à exportação de produtos primários, mostrando o seu limite histórico através do mecanismo da perda dos termos de intercâmbio. Mostrou ainda que a hegemonia setor exportador, tal como se configurava, era um obstáculo ao processo de industrialização. Mas, ao mesmo tempo, mostrava que era necessário extrair excedente deste setor para dedicá-lo ao setor industrial. Isto exigia mecanismos de intervenção indiretos, como a inflação, que permitissem uma política de preços relativos mais favorável ao setor industrial urbano,

ou a intervenção direta do Estado (gerando recursos às vezes deficitários) para viabilizar esse processo de industrialização.

Estamos, portanto, num contexto bastante novo. A temática do desenvolvimento tal como se apresenta na década de 50 e 60, sob a influência do pensamento cepalino, já sai do debate entre civilização e barbárie, entre o moderno e o arcaico, entre o progresso e o atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas conseqüências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída.

No plano da esquerda, particularmente no Partido Comunista, a mesma questão se colocava sob o conceito da necessária "revolução democrático-burguesa". Afirmava-se a necessidade de uma burguesia nacional, que deveria ser apoiada pelo movimento proletário operário, urbano e camponês, para realizar as transformações democrático-burguesas que viabilizariam o progresso dessas regiões. O movimento operário se afirmaria dentro dessa nova sociedade democrática nacional. Essa visão da revolução democrática se desdobrava em enfoques mais ou menos radicais: desde aqueles que afirmavam que a revolução democrático-burguesa deveria ser dirigida pela burguesia nacional, àqueles que diziam que o movimento operário e o movimento camponês deveriam assumir a liderança dessa revolução burguesa, seja empurrando a burguesia, seja assumindo diretamente as tarefas da revolução democrático-burguesa. Essa problemática alcançou o seu auge nas décadas de 50 e 60, quando se agregou a ela a questão do capital internacional e do papel do imperialismo.

O raciocínio era complexo. Essa revolução democrática burguesa era uma revolução nacional e democrática. Para afirmar-se, ela tinha de conter o papel do imperialismo como força sustentadora dos setores exportadores oligárquicos e anti-industrialistas. Mas que posição tomar em relação ao imperialismo ligado ao setor industrial, isto é, ao capital internacional que passava a investir no setor industrial? Neste caso as posições eram ainda hesitantes e confusas. A tendência era aceitar esse capital internacional mas submetê-lo a certo controle para conter a saída dos lucros por ele obtidos e obrigá-lo a ter um papel subsidiário ao desenvolvimento industrial da região.

É neste contexto que se iniciou uma reinterpretação da revolução burguesa na região e do papel das economias chamadas "pré-capitalistas". Foi necessário repensar o papel do desenvolvimento capitalista na região e situar sua

evolução econômica dentro da expansão do capitalismo mercantil europeu, particularmente português e espanhol. Posteriormente, o capital mercantil vê-se substituído pelo capital manufatureiro e posteriormente industrial holandês, francês, inglês e norte-americano. Foi necessária ainda uma revisão profunda no enfoque da nossa história, procurando mostrar que as relações escravistas e servis foram estabelecidas pelo capital comercial, que se combinou posteriormente com os interesses do capital industrial moderno, que necessitava de matérias-primas e de produtos agrícolas a preços baixos. Gerou-se então um tipo de servilismo e de escravismo modernos, muito diferente do escravismo clássico do regime servil feudal. Era necessário uma rediscussão profunda sobre o passado pretensamente feudal da região.

Nesse momento, estudos que já tinham sido produzidos nas décadas de 30 a 50, como a história econômica, de Roberto Simonsen, ou os trabalhos de Sergio Bagu sobre o regime colonial, os de Luis Vitale sobre o capitalismo no Chile, os de Caio Prado Junior sobre a colonização e a questão agrária no Brasil e de Celso Furtado sobre o papel do setor exportador, formavam um conjunto de críticas contundentes à tese do caráter feudal de economia colonial. André Gunder Frank vai se apoiar nestas pesquisas para incitar a uma mudança de paradigma ao afirmar que não se podia falar de uma economia feudal na região, mas sim de modalidades de expansão do capitalismo comercial, e depois do capitalismo industrial.

Frank ofereceu, contudo, um modelo de interpretação destas relações internacionais que procurava articular os vários níveis de colonização interna e de extração de excedentes para o exterior desde as regiões mais distantes, passando pelas centralizações locais, regionais e nacionais, para terminar nas mãos do capital internacional. Ele denunciava a existência de um processo brutal de extração de excedentes da região, inviabilizando o seu desenvolvimento econômico. Ao contrário do que se dizia então, o domínio do capital internacional produzia um processo de expropriação de suas riquezas, em vez de ser um fornecedor de capital e colaborador do desenvolvimento econômico da região.

Esta constatação vai ser formulada, repensada e rearticulada muitas vezes pelo pensamento latino-americano, que tentou escapar do radicalismo expresso na visão inicial de Frank. Buscou-se balancear a relação entre a entrada de capitais externos, sob a forma de maquinárias, de tecnologia, etc., e a expropriação das riquezas da região, sob a forma da retirada de lucros e de preços relativos desfavoráveis para o setor agrário e mineiro. Essa revisão de conjunto tinha implicações muito grandes no que se refere ao

papel da burguesia nacional. Alguns autores, como Frank, procuravam afirmar a inexistência dessa burguesia nacional, outros, como eu mesmo e Fernando Henrique Cardoso, destacávamos o seu compromisso crescente com o capital internacional.

Eu pessoalmente, bem como o grupo de pesquisa com o qual trabalhei (veja-se sobretudo o estudo de Vânia Bambirra El Capitalismo Dependiente da América Latina, Siglo XXI, México), optei pela segunda visão, tentando mostrar que entre os anos de 20 e 50 tentou-se afirmar uma burguesia nacional de base industrial na região. Ela esteve na raiz do cardenismo, ela deu origem ao pensamento da CEPAL e a modelos ideológicos bastante sofisticados, como o ISEB no Brasil. Ela influenciou visões mais pequeno burguesas, como o APRA peruano, que se apresentou sob várias modalidades no resto da região. Ela serviu de inspiração e apoio aos movimentos de tipo populista, de afirmação nacional democrática, desde as suas formas mais radicais, como a revolução mexicana, nos seus vários desdobramentos, sobretudo através do cardenismo, até figuras menos radicais, mais conservadoras, como Péron ou Vargas. Todas elas faziam parte, contudo, de uma visão nacional e democrática. Ambos conceitos eram vistos como instrumentos e como condição sine qua non de afirmação dos povos; como condição do seu desenvolvimento econômico.

Esse enfoque histórico crítico foi desenvolvido pela teoria da dependência em trabalhos meus e do grupo do CESO da Universidade do Chile e teve um dos seus momentos mais brilhantes na obra de Ruy Mauro Marini, em 1967, na sua visão do sub-imperialismo, ao mostrar que a implantação de economias industriais em vários países latino-americanos dava origem ao surgimento do capital financeiro na região. Este capital financeiro não se contentaria, contudo, com a modalidade de desenvolvimento local, mas aspiraria a um desenvolvimento regional, à extração de excedentes fora de suas fronteiras, e buscava uma conciliação com o capital internacional, algum tipo de aliança para poder se afirmar como capital financeiro. Este era o caso que muito claramente se configurava no Brasil que se encontrava, naquele momento, muito à frente desse processo.

Ao mesmo tempo eu buscava mostrar que os ciclos econômicos latino-americanos, que estavam, até a década de 50, extremamente vinculados aos ciclos da economia mundial e seus efeitos sobre a produção agrícola e sobre a produção mineira, mudavam de caráter a partir da década de 50. Devido ao avanço da industrialização, os ciclos passavam a apresentar modalidades endógenas, ciclos de 4 e 10 anos, que

refletiam já a interiorização de uma indústria de maquinárias com sua dinâmica tecnológica própria e sua conseqüente forma cíclica.

Busquei mostrar também que o avanço desse setor industrial colocava a necessidade de estabelecer uma nova política diante do capital internacional. Este vinha substituir o capital nacional no processo de industrialização, trazendo tecnologias, financiamento e padrões de competitividade de economias que já tinham produtos tecnologicamente maduros. Era inevitável, portanto, que este capital internacional submetesse o capital nacional à sua dinâmica, que refletia a força emergente de uma economia mundial baseada num novo tipo de empresa multinacional. Devo lembrar que fui o primeiro a analisar a sua expansão na América Latina, sobretudo no meu livro O Novo Caráter da Dependência.

Este conjunto de novos estudos levava a uma reformulação de ordem teórica global e exigia uma metodologia de análise que situasse a história da América Latina no contexto da expansão do sistema capitalista mundial e que visualizasse, portanto, o surgimento dessas economias como uma modalidade específica da expansão do capitalismo a nível mundial. Modalidade específica esta que se redefinia em cada país, em cada região, em cada localidade, de acordo com as estruturas econômicas e sociais encontradas pelos colonizadores, que vinham implantar essas economias exportadoras. As tentativas de resolver as limitações das economias locais levou inclusive ao comércio escravo africano, dando origem a esse violento processo de transplante de grande parte da população africana para a América Latina, o Caribe e o sul dos Estados Unidos para constituir uma economia exportadora do Caribe ao Atlântico Sul.

Criou-se assim um grande complexo econômico, dominado inicialmente pelo capital comercial e manufatureiro, que deu início à implantação de um moderno sistema manufatureiro agrícola exportador. Os engenhos de açúcar não podem ser considerados simplesmente uma economia agrária tradicional ou feudal, mas se tratava de uma economia moderna, voltada para a exportação e para a produção mercantil em alta escala. Ela vai evoluir para uma nova fase com a expansão do capital industrial na Europa e a reconversão dessa região para atender as novas demandas do processo de industrialização europeu.

Tudo isso formava um novo contexto de ordem global, que vai redefinir as perspectivas da região latino-americana. Aqueles países que procuravam sair deste contexto e nos quais se desenvolvera uma economia interna, com distribuição de renda e

formação de um mercado interno através de soluções políticas próprias e criativas, foram simplesmente destruídos. Estes foram os casos das missões indígenas jesuíticas-destruídas pela coroa hispano-portuguesa - ou das rebeliões de certos polos manufatureiros em toda América Latina durante os anos de 1840-52, ou ainda a economia manufatureira do Paraguai, que foi arrasado através de uma guerra genocida, conhecida no Brasil como Guerra do Paraguai. Estes regimes manufatureiros eram ainda infantes e não tinham poder para sobreviver à força de expansão da economia mundial que entrara num ciclo de expansão extremamente exitoso de 1850 até 1871-75.

Os mercados internos locais criaram economias mais fortes somente durante a crise mundial entre 1871-75 e 1895 e posteriormente, durante a crise global iniciada com a guerra de 1914, que se desdobra na crise de 1929 e na Segunda Guerra Mundial. Nestes períodos, estabeleceram-se, como vimos, condições favoráveis para o início de um processo de industrialização na região, sob a modalidade da substituição de importações. Mas esta economia industrial nascente vai se enfrentar, depois da Segunda Guerra Mundial, ao fenômeno da reestruturação da economia mundial sob a hegemonia norte-americana.

Esta reestruturação se baseou na implantação da revolução científico-técnica e na expansão e difusão mundial das tecnologias de produção massiva, particularmente no setor de bens duráveis. Esta expansão criou uma nova fase dos investimentos que partia dos centros criadores dessa tecnologia para o exterior. De um lado, tratava-se de modernizar e aumentar a competitividade destes centros, substituindo um parque industrial envelhecido em vinte e cinco anos de depressão econômica, de 1918 a 1940-45. Por outro lado, tratava-se de aproveitar a criação de novas indústrias de bens duráveis que serviam de suporte a estes novos investimentos internacionais.

Durante as décadas de 50 e 60, o processo de industrialização dos países dependentes ainda continuava substituindo importações, mas em muitos casos, passou-se a produzir produtos completamente novos, inovações que foram introduzidas pelo capital internacional. O fortalecimento das barreiras tarifárias estabelecidas durante os anos 30 e 40, haviam criado condições favoráveis para indústrias nascentes nos países em desenvolvimento. O capital internacional procurou então saltar as barreiras alfandegárias para investir no interior destes mercados protegidos e beneficiar-se de suas vantagens. Desta forma, o capital internacional abandonava sua base de investimento tradicional nos setores primários exportadores, para investir na produção

de manufaturas voltadas para o mercado interno dos países dependentes e subdesenvolvidos.

A aparição do capital internacional no campo industrial criava uma nova realidade para o pensamento ideológico da região e gerava um re-alinhamento de forças que foi se produzindo num amplo processo de lutas na década de 50. Estas lutas foram marcadas pelas revoluções boliviana (1952), equatoriana (1954), venezuelana (1958) e cubana (1958-59), todas voltadas contra as velhas oligarquias primário-exportadoras e os regimes autoritários que as sustentavam. Cada um destes processos revolucionários sofrem uma oposição sangrenta do capital internacional e particularmente do governo norte-americano. Neste período, acentua-se também a luta das forças aliadas ao capital internacional contra as lideranças e movimentos populistas que mantinham o projeto nacional democrático. Entre elas destacou-se a deposição de Perón (1955) e a tentativa de impeachment de Vargas, que o levou ao seu suicídio (1954).

No fim dos anos 50, consolidou-se nos Estados Unidos a visão de que a implantação de um processo de desenvolvimento necessitava de uma elite militar, empresarial e até mesmo sindical que estabelecesse um regime político forte esclarecido e modernizador. Esta visão se expressou no livro de Johnson Johnson sobre as classes médias latino-americanas e fez parte de um projeto político de intervenção na região que teve uma de suas principais bases na Universidade de Stanford, na Califórnia.

O golpe de estado de 1964 no Brasil foi o momento fundador deste novo modelo. Ele conseguiu conter a burguesia nacional mais importante do hemisfério ocidental, que tinha aspirações a ser um poder internacional ou pelo menos regional significativo, devido à extensão do seu país e às suas riquezas naturais. Em substituição a este projeto nacional, o regime militar criado em 1964 dava origem a uma modernização fundada na aliança e integração dessa burguesia ao capital multinacional, consagrando um tipo de desenvolvimento industrial dependente, subordinado às modalidades de expansão e de organização do capitalismo internacional que submetia os centros de acumulação local à lógica de expansão do centro hegemônico mundial. A partir de então, através de golpes militares sucessivos, submeteram-se as burguesias locais à condição de sócios menores do capital internacional, levando-as a abandonar suas perspectivas de independência nacional e pretensões de desenvolvimento tecnológico próprio.

Estes golpes se basearam no terror e na tortura, em formas cada vez mais duras de ação terrorista do Estado. Tratava-se de uma nova modalidade de fascismo. O

conceito de fascismo não tem que ver necessariamente com a existência de partidos ou movimentos fascistas. O fascismo se impôs em toda a Europa nos anos 30 sem contar com partidos fascistas importantes na maior parte dos países. Trata-se de um regime do capital monopólico, baseado no terror. Isto foi exatamente o que se desenvolveu entre 1964 e 1976 na América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo. Esta modalidade de fascismo induzia a que, nas zonas onde ainda sobrevivia alguma condição democrática, se unissem forças para atuar sobre o sistema econômico mundial na busca de melhores condições de negociação para os países dependentes.

Foi sob a inspiração de Raúl Prebisch que se criou a UNCTAD, no início da década de 60, para articular as reivindicações econômicas do Terceiro Mundo. Foi o governo venezuelano de Andrés Peres que nacionalizou o petróleo venezuelano e originou a OPEP, cuja ação de reabilitação do preço do petróleo abalou a economia mundial em 1973. Foi o presidente Echeverría, do México, que, procurando retomar princípios do cardenismo, propôs e conseguiu aprovar nas Nações Unidas a Carta de Direitos Econômicos das Nações e criou o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Estas mudanças expressavam o surgimento na arena mundial dos novos Estados póscoloniais que geraram um avanço do Terceiro Mundo. A isto se aliava o avanço dos países socialistas, na medida em que muitos dos processos de transformação do Terceiro Mundo se dirigiam cada vez mais para uma transição socialista. Estas mudanças se manifestam sobretudo na criação do Movimento dos Não-Alinhados, que procura articular politicamente o Terceiro Mundo, abrigando-se ideologicamente nas teses lançadas em 1955 pela Conferência de Bandung. Esta conferência iniciou um profundo movimento ideológico, diplomático e político que representou uma tentativa de repensar o mundo sob o ponto de vista daqueles países que tinham sido subjugados ao regime colonial durante mais de 200 anos e que regressavam à arena internacional como Estados modernos que se apoiavam sobre as grandes civilizações da humanidade. Esta nova realidade exigia uma revisão profunda da economia mundial.

A década de 70 esteve marcada pela contra-ofensiva da Comissão Trilateral com o objetivo de unir os Estados Unidos, a Europa e o Japão contra esta ofensiva do Terceiro Mundo e do campo socialista. Ela se apoiou na política de "Direitos Humanos" do presidente norte-americano Jimmy Carter. Tratava-se de produzir uma desvinculação ativa das democracias ocidentais com os governos ditatoriais de base militar que elas haviam inspirado há pouco tempo atrás. Estes

regimes haviam cumprido seu papel repressivo e tendiam agora a desenvolver pretensões nacionalistas inaceitáveis para uma economia mundial em globalização.

Esta política de liberalização conservadora continuou na década de 80 sob a égide dos governos conservadores de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, com apoio de Helmut Kohl na Alemanha, e várias experiências de políticas neoliberais fundadas no "Consenso de Washington". Neste consenso uniam-se o FMI, o Banco Mundial e outras agências internacionais para impor o "ajuste estrutural" aos países dependentes, cercados por uma brutal elevação da taxa de juro internacional, que convertia suas elevadas dívidas externas em fantásticas sugadoras dos seus excedentes econômicos, levando-os à estagnação e até mesmo ao retrocesso econômico-social.

Ainda está para ser definitivamente avaliada a profundidade das transformações produzidas na economia mundial durante a década de 80. Sobre elas escrevi artigos tentando explicar a base da recuperação econômica que se deu na economia mundial entre 83 e 87, a qual se apoiou no déficit fiscal norte-americano, que lançou sobre a economia mundial uma demanda de centenas de bilhões de dólares, permitindo uma reativação da economia internacional que deixava para o futuro a questão do déficit fiscal norte-americano com todos os seus desdobramentos que estamos assistindo na década de 90, entre os quais a crise que se abateu sobre a economia mundial entre 1989 e 1994.

Nesse contexto, a teoria da dependência foi atacada pela direita e pela esquerda. Desde a esquerda, este ataque vinha do setor que afirmava que esta teoria representava uma espécie de evolução do pensamento da CEPAL, ao manter a importância de questões como o capital internacional, a economia exportadora e a divisão internacional do trabalho. Segundo eles, tratava-se de uma predominância dos elementos ligados à circulação econômica sobre o estudo do sistema produtivo. Segundo esses críticos, o centro do debate teria de estar na questão do modo de produção e das relações de classe social, como se as classes sociais não se constituíssem no interior dos modos de produção e dos sistemas econômicos e formações sociais concretos.

Na verdade esta reação crítica esquerdista esteve muito inspirada na revolução cultural chinesa e era muito influenciada pela idéia de uma revolução agrária, que substituíria a visão marxista do papel do proletariado moderno. Estas críticas eram uma espécie de canto de cisne da visão que atribuía ao regime feudal, e às modalidades das nossas economias agrárias tradicionais um papel central nas economias latino-

americanas e caribenhas. Ironicamente, foi na década de 80 que se terminou com o resto do sistema econômico rural voltado para uma economia de autoconsumo tanto na América Latina como na África, e em grande parte da Ásia. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pela destruição das economias de autoconsumo e o lançamento de massas gigantescas das regiões rurais em direção às regiões urbanas do Terceiro Mundo, gerando um fenômeno de marginalidade urbana crescente, concentrada nas grandes metrópoles do Terceiro Mundo.

Esta crítica de esquerda não tinha realmente nada a oferecer. Mas houve, de outro lado, a reação conservadora e globalista. Ela se fundou na ofensiva Reagan-Tatcher que se formou em torno da recuperação da economia norte-americana de 83 a 89, apresentada como criadora de uma nova modalidade da economia mundial. Mas as formas que ela assume na década de 80 não são necessariamente as formas finais de uma nova economia mundial globalizada. Pelo contrário, neste período produzem-se desvios muito profundos neste processo de globalização, sobretudo a criação de uma enorme bolha financeira internacional. As transformações acontecidas no campo socialista, com a queda do chamado "império soviético", no fim da década, são apresentadas como expressões de um triunfo total do pensamento neoliberal no econômico e no político. Esta excitação ideológica vai encontrar seu ponto mais alto na obra de Fukuyama sobre O Fim da História. Ele dedica à teoria da dependência um capítulo do seu livro e a indentifica como o grande inimigo a ser destruído, como a última modalidade de resistência ao fim da história e à vitória definitiva do capitalismo e do liberalismo no mundo.

Atualmente esta reação conservadora globalista da década de 80, que mantinha uma certa adesão a alguns princípios liberais, está em plena crise. Não só pelas dificuldades econômicas que a recessão traz para a viabilização desse modelo, mas também pelo desgaste da ideologia neoliberal e a sua substituição, no pensamento conservador, por tendências fascistas que estão ganhando corpo no mundo na década de 90.

Façamos uma recapitulação que nos permita explicar este movimento histórico. O governo Carter, como vimos, colocou a questão dos direitos humanos como objetivo central de sua política externa, confrontando-se com os regimes militares que tinham sido criados pelos Estados Unidos na década de 60 e início da década de 70. Esta confrontação se devia a duas razões fundamentais: Primeiramente, havia uma razão de caráter mais profundo e global, que é a contradição crescente entre o processo de

globalização da economia mundial, e as resistências de governos nacionais, apoiados sobre exércitos nacionais, que terminavam por criar obstáculos ao processo de globalização. O caso mais extremo foi o da revolução peruana, onde se estabeleceu, em 1968, um regime de esquerda comandado por militares. Outro caso considerado extremamente perigoso era o regime militar brasileiro, onde um radicalismo de direita, com laivos nacionalistas e pretensões de grande potência, se estabeleceu durante o governo Medici. Este enfoque teve ainda certas prolongações no governo Geisel, com o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha e outros desdobramentos dessa modalidade de nacionalismo de direita. Tudo isto conduzia a um choque com os interesses do processo de globalização sob o comando das multinacionais de um lado, e com as concepções geopolíticas do Pentágono de outro. Uma outra razão para esta a confrontação entre o processo de globalização e os regimes militares era a necessidade de sustentar a política de direitos humanos como um fator mobilizador, como fator de justificativa ideológica, para a confrontação com os países socialistas e com os regimes do Terceiro Mundo que, em geral, não apresentavam formas organizativas de tipo liberal democrática.

Ao vincular o conceito de direitos humanos a formas de governo liberal foram se criando condições para uma ofensiva ideológica contra esses governos que, como vimos, tinham sido criados pelo capital internacional, que armou e apoiou os golpes de Estado que os originaram. A retirada desse apoio e a adoção de uma política de sustentação a regimes liberais conseguiu desestabilizar esses regimes de direita e abrir caminho para reconstruir um sistema liberal democrático na América Latina.

No fim da década de 70 ainda havia condições para que essa luta democrática assumisse um caráter mais profundo, e não simplesmente de make up do sistema, sem maiores transformações sociais. Na década de 80, progressivamente, as bandeiras liberal-democráticas vão sendo controladas pelo pensamento conservador. Foi exatamente nesse processo histórico que assistimos a uma corrente da teoria da dependência, que teria em Fernando Henrique Cardoso sua expressão mais coerente, defender a tese da viabilidade de um processo de democratização no interior de um capitalismo dependente. Ela abandonava qualquer perspectiva de crítica e de enfrentamento com o capitalismo dependente, suas expressões monopólicas e seus interesses articulados com o capital internacional. Ela limitava os seus objetivos reformistas aos objetivos liberais, ao processo de destruição e de desestabilização das ditaduras, para construir regimes democráticos.

Ajudada por essa situação internacional, essa corrente ganhou uma grande força e se tornou extremamente crítica da teoria da dependência e de suas formulações iniciais. Ela passou a criticar as análises sobre a crescente dificuldade de consolidação de regimes democráticos no capitalismo dependente. Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e eu mantivemos uma posição crítica ao capitalismo monopolista e dependente, mas percebemos, na década de 70, que essas mudanças de posição no sistema capitalista mundial permitiria um avanço democrático dentro do capitalismo dependente. O que nos separava da outra corrente não era a constatação dessas possibilidades de avanço democrático, mas sim a tese de que essas possibilidades de avanço democrático sejam compatíveis com a sobrevivência de um capitalismo dependente. É exatamente este o ponto de divergência, posto que a minha visão é de que a acumulação e o avanço democrático da região desestabilizará crescentemente o capitalismo dependente na região, e aumentará a contradição entre esse movimento democrático e a sobrevivência do capitalismo dependente.

Outro aspecto importante da evolução da teoria da dependência é o seu direcionamento, já no começo da década de 70, para a análise e o aprofundamento do estudo do sistema econômico mundial. Frank se refere à sua tomada de posição (citando Samir Amin e eu) no começo da década de 70. Este foi o momento dessa conscientização da necessidade de uma teoria do sistema econômico mundial. O surgimento e o amadurecimento da obra de Immanuel Wallerstein, de compreensão e análise da formação histórica desse sistema mundial, sob uma forte inspiração no pensamento de Fernand Braudel, se dará na década de 70.

Neste período, André Gunder Frank reforçou sua análise do sistema mundial, estendendo-o a um período histórico muito longo que teria se formado já no período do Império Romano, em 300 a.D., através da rota da seda. As teses de Frank são muito interessantes, mas é preciso discutir os rompimentos de continuidade deste processo. Eu aceitaria a idéia de que há uma acumulação histórica em torno de um sistema mundo que vai agrupando impérios, reestruturando-os em torno do Mediterrâneo, em torno da África do Norte, da Índia, até a China, em torno da rota da seda. Não há dúvida de que esse filão de análise é extremamente significativo. Ele nos afasta, contudo, da visão puramente latino-americana, obrigando a uma análise de caráter mais global. Darcy Ribeiro na década de 70 e Wolf na de 80 ensaiaram um enfoque global da história das civilizações que incluía a América Latina, mas não nos cabe analisá-los aqui.

Nas décadas de 70 e 80 há uma evolução muito importante de Raul Prebisch. Ao deixar a UNCTAD ele cria a revista da CEPAL, em 1978, onde escreve um conjunto de ensaios que vai servir de base ao seu livro sobre o sistema econômico, centro-periferia, no qual ele revisa grande parte do seu pensamento econômico amplamente influenciado pela teoria da dependência. Vamos encontrar também na corrente da CEPAL uma inquietação permanente no sentido da necessidade de construir um pensamento mais global sobre o sistema mundo. Esta evolução vai encontrar suas melhores expressões nas análises de Fernando Franzylibert sobre a industrialização trunca, as empresas transnacionais e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento com equidade e uma nova imersão na economia mundial. Ao mesmo tempo, Oswaldo Sunkel tenta reviver a teoria do desenvolvimento no contexto de um "neo-estruturalismo".

A década de 80 foi marcada na América Latina por uma ofensiva liberal muito forte em torno do ajuste de suas economias para pagar o endividamento externo. Num período em que as taxas de juros se elevaram extremamente, a região foi obrigada a ajustar-se à criação de um excedente exportador. Criou-se um grande superávit comercial para destiná-lo ao pagamento de juros extremamente escorchantes. As teses que nós vimos defendendo nesses anos e que particularmente André Gunder Frank defendeu com tanta veemência, de que a função do capital internacional, do sistema econômico mundial era a apropriação e a extração brutal de excedentes das nossas regiões, das regiões dependentes, se mostrou evidente. Não era mais necessário fazermos estudos críticos das estatísticas de balanço de pagamento, como o fizeram tão bem Caputto e Pizarro no fim dos anos 60, porque as próprias estatísticas oficiais na década de 80 passaram a revelar que a América Latina era uma região exportadora de excedentes e de poupança.

A geração deste excedente cada vez maior, que não se converte em investimento interno e sim se destina ao pagamento de juros e outros tributos coloniais, obrigou a um aumento da distribuição negativa da renda. Para gerá-lo foi necessária uma rebaixa brutal dos níveis salariais e da participação dos salários nas rendas nacionais. Portanto, também aumentou a marginalização social, a pobreza e, mais ainda do que pobreza, a indigência no Terceiro Mundo e na América Latina. Em contraste com essa situação, apresentaram-se os casos relativamente modestos mas exitosos da Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, e posteriormente dos chamados Tigres menores da Ásia durante este período. Segundo a propaganda oficial, eles são uma

demonstração de que não há um sistema econômico mundial perverso. Ora, estes exemplos propagandistas sempre existiram. Na década de 70, o chamado "milagre econômico brasileiro" cumpria o papel dos atuais Tigres Asiáticos. Na década de 90, vão ter de criar outros modelos, posto que os Tigres Asiáticos se encontram em situação bastante difícil economicamente. Na Ásia, desponta cada vez mais o êxito da China Popular, sob o governo do Partido Comunista da China. A eleição destes modelos não faz parte de uma ciência econômica ou social. Trata-se de uma elaboração ideológica, de uma propaganda política para justificar situações históricas, em que continuam os graves processos de exploração entre os povos. Eles visam desviar o debate das questões centrais do nosso tempo, que não se caracteriza pelo equilíbrio e convergência das várias regiões do globo e sim por uma crescente brecha entre ricos e pobres, indigentes e marginais.

O processo de ajuste estrutural na América Latina levou a um debilitamento dos Estados latino-americanos, que repassaram seus recursos para o sistema econômico mundial enquanto criaram uma gigantesca dívida interna para cujo pagamento continuam a repassar-se recursos enormes, com o pensamento pelo Estado de altíssimas taxas de juros. Estes recursos foram apropriados num primeiro momento pelo capital nacional financeiro, mas na etapa atual, com a grande entrada de capitais internacionais de curto prazo, estão sendo transpassados em grande parte ao capital internacional, que está aumentando na região em busca das elevadas remunerações dos juros das dívidas públicas, ou enormes desvalorizações dos mercados de ações, assim como de outros necessários de especulação.

Estes remanejamentos e reestruturações permanente destas economias para atender às demandas e exigências do sistema econômico mundial continua a ser a essência da sua história. Os regimes ditatoriais foram impostos à região para aprofundar esta dependência. Eles criaram grandes massas de marginais e o crescente subaproveitamento da mão-de-obra da região. Isto vem dificultando a ação política das forças que se opõem a esse sistema econômico. Mas isto debilita também a capacidade da região de servir ao sistema econômico mundial. Com o avanço da automação e da robotização, o desenvolvimento industrial da região voltado agora para o mercado mundial, gera cada vez menos emprego. Ela deve continuar a industrializar-se mas o faz aumentando a massa de desempregados e marginalizados sociais.

É verdade que tudo isso forma um quadro extremamente desfavorável a uma ação política contestatória. Também afeta o pensamento e a ciência social, posto

que ela perde condições de elaboração, e meios de pesquisa, na medida em que os Estados nacionais também se debilitam seriamente, afetando a capacidade de pesquisa e desenvolvimento, tanto no campo das ciências naturais e exatas como no campo das ciências sociais e humanas. Esse quadro que apresenta expectativas mais desoladoras do que de esperança poderá, contudo, sofrer modificações significativas na década de 90, na medida em que o sistema econômico mundial deve entrar num processo de recuperação econômica a partir deste ano de 1994.

Uma volta do crescimento econômico pode vir a criar um contexto político internacional mais favorável, uma rearticulação das forças interessadas em resolver os grandes problemas da miséria, do analfabetismo, das condições de vida extremamente desfavoráveis das grandes maiorias populacionais do mundo. Tratar-se-á de se apropriar dos avanços tecnológicos, e científicos realizados pela revolução científico-técnica nas últimas décadas para colocá-los a serviço das populações trabalhadoras de todo o mundo.

São muitos os aspectos nos quais os países do Terceiro Mundo devem desempenhar um papel extremamente significativo na reconstrução do sistema mundial. Sua posição tropical, de receptores da grande fonte energética solar permite que um desenvolvimento tecnológico adequado converta esses países em fontes muito significativas de riqueza, de desenvolvimento sustentável, num mundo em que a crise da civilização capitalista é também a crise de um modelo de produção extensiva e de grande desperdício de energia. Modelo que neste momento se encontra altamente questionado pelo movimento verde mundial. De alguma forma, a emergência de potências do Terceiro Mundo, como a China, a Índia e o Brasil, poderá, junto com outros centros importantes que estão localizados no Terceiro Mundo, ou fora dos centros de poder mundial, retificar grande parte das tendências que estão em curso na economia mundial.

Esse processo será, contudo, longo e complexo, e exigirá uma reforma muito profunda da atual direção do desenvolvimento científico e tecnológico. O avanço da biotecnologia, por exemplo, pode ser extremamente favorável a uma utilização mais racional da biodiversidade que se concentra nas regiões tropicais.

O mundo do século XXI discutirá a questão do desenvolvimento dentro de princípios muito mais amplos e complexos. O desenvolvimento não estará associado somente à apropriação da capacidade tecnológica extensiva, gerada pela segunda revolução industrial que se estendeu do meado do século XIX até a década de 60, mas

sim pela apropriação de um conhecimento e uma ação econômica intensiva, cada vez mais qualitativa, promovida pela revolução científico-técnica, que é o fundamento das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais vividas pelo mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

Essa mudança de enfoque se liga, portanto, a um questionamento da ordem civilizacional mundial, do comportamento e dos fundamentos mesmo da ideologia dominante no mundo liberal capitalista. Os novos fundamentos que deverão se impor serão de conteúdo muito mais coletivista. Este coletivismo não poderá dispensar a grande conquista histórica que representou o nascimento e crescimento do indivíduo como fundamento da sociedade. Mas não o indivíduo utilitário pensado pela doutrina liberal e criado pelo capitalismo. Está se gestando um novo indivíduo, um indivíduo que reconhece que o seu desenvolvimento é um resultado da acumulação histórica, econômica, social, política e cultural. Ele deverá reconhecer na sua individualidade não uma contradição com o social, mas uma realização histórica do social. Essa nova modalidade de civilização estabelecerá uma nova relação entre o indivíduo e a sociedade, no qual a sociedade criará ou buscará criar indivíduos com alto potencial de desenvolvimento e procurará atender às suas necessidades para que alcancem o máximo de eficiência social.

Essa sociedade nova, que deverá emergir durante o século XXI, deve ser extensiva a todos os indivíduos. Este processo não se confunde com o igualitarismo, que foi parte dos ideais da civilização liberal burguesa. Não se trata de igualitarismo. Trata-se de respeitar e aprofundar a diversidade dos indivíduos, numa sociedade que dará a cada um de acordo com a sua necessidade e pedirá a cada um de acordo com a sua capacidade.

Essa sociedade nova configurará uma nova civilização planetária. Dentro dela a questão do desenvolvimento terá de ser repensada junto das grandes revisões sobre o papel do indivíduo sobre a posição dos homens e mulheres, na economia e na sociedade, sobre a convivência entre os membros de diversificadas etnias, sem esmagar suas diferenças culturais e físicas e sobretudo ter-se-á que recolocar a interação entre as distintas civilizações, que representam experiências culturais, históricas, econômicas e sociais extremamente diferenciadas. Trata-se, enfim, de uma tentativa de superação do quadro econômico, social, político e cultural criado pela civilização liberal burguesa, que se confundiu historicamente com a hegemonia mundial da Europa, e posteriormente dos Estados Unidos. Muitas das características específicas das sociedades, economias e

culturas européias foram identificadas com a própria civilização gerando o eurocentrismo. Elas se converteram em instrumento de dominação, de subordinação e de expropriação de umas regiões por outras, de certos centros e polos de acumulação em detrimento de centros e polos dependentes que tiveram de produzir brutais excedentes para alimentar esses polos centrais.

Todo esse quadro deverá sofrer uma grande mutação, na qual, durante um longo período, as grande civilizações serão referenciais extremamente significativos para a construção de uma sociedade plural, de uma verdadeira civilização planetária.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

A bibliografia referente ao debate sobre a teoria do desenvolvimento, sua versão latino-americana e a teoria da dependência, seu desdobramento atual na teoria do sistema mundo e o novo debate sobre o desenvolvimento pós-guerra fria e pós hegemonia neoliberal e o consenso de Washington não seria possível de ser resumida nas dimensões deste artigo. Sugerimos ao leitor interessado em acompanhá-lo, as seguintes referências:

Sobre o debate até o ano de 1977, particularmente na América Latina, veja-se o capítulo XIX do meu livro Imperialismo e Dependência, Era, México, 1978. Minhas reflexões recentes estão em Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente, Vozes, Petrópolis, 1991. O livro de Cristobál Kay, Latin American Theories of Development and Underdevelopment, Routledge, Londres, 1989, oferece o melhor resumo dos debates do período e seu artigo: "For a renewal of development studies: Latin American theories and neoliberalism in the era of structural adjustment", Third World Quarterly, vol. 14, nº 4, 1993, indica com aguda perspicácia alguns caminhos atuais do debate. Ambos trazem uma copiosa bibliografia que recomendamos aos interessados. Nesta mesma linha de resgate do debate teórico do período recomendamos: C.P. Oman e G. Wignaraja, The Postwar Evolution of Development Thinking, Macmillan, Londres, 1991; Magnus Blomström e Bjorn Hettne, La Teoría del Desarrollo en Transición, Fondo de Cultura Económica, México, 1990, e uma dezena de livros mais que estão citados na bibliografia dos trabalhos aqui indicados. André Gunder Frank (El Desarrollo del Subdesarrollo: Un Ensayo autobiográfico, Nueva Sociedad, Caracas, 1991) produziu um ensaio autobiográfico no qual analisa boa parte desta literatura. Ronald Chilcote vem acompanhando detalhadamente este debate desde seu Theories of Development and Underdevelopment, Westview Press, Londres, 1984. A.Y. So articula as teorias do desenvolvimento, da dependência e do sistema mundo em seu Social Change and Development: Modernization, Dependency and World System, Newbury Park, CA, Sage, 1990. Ver também W.Hout, Capitalism and Third World: Development, Dependency and the World System, Edward Elgar, Aldershot, 1993.

* Este texto foi preparado para a edição comemorativa dos 65 anos de André Gunder Frank, The Underdevelopment of Development - Essays for André Gunder Frank, organizada por Sing C. Chew e Robert Denemark.

** Professor Titular da Universidade Federal Fluminense.